



Importância do projeto político pedagógico (PPP) para o desenvolvimento do trabalho pedagógico das escolas

Roberta Protta de Oliveira ¹; 0000-0001-9298-9829

1 – UniFOA, Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.
claudiodelunardo@gmail.com (contato principal)

Resumo: Este documento traz um relato de experiência de uma aluna do curso de licenciatura em Educação Física e tem como objetivo apresentar as experiências vividas no Programa Residência Pedagógica, buscando relatar a importância e como deve ser utilizado o projeto político pedagógico (PPP) relacionando com o PPP do Instituto de Educação Professor Manuel Marinho de Volta Redonda. Também busca evidenciar a importância do Programa e todos os conhecimentos e experiências que ele pode gerar para a futura docência de cada residente. O estudo foi realizado através de uma pesquisa bibliográfica e um relato de experiência através da observação de algumas aulas, debates e discussões virtualmente através de artigos que puderam enriquecer e colaborar para o desenvolvimento profissional dos residentes.

Palavras-chave: Residência Pedagógica. Projeto Político Pedagógico. Educação Física.



INTRODUÇÃO

Em face do cenário atual escolar com as necessidades e dificuldades que são enfrentadas diariamente, esse trabalho tem como objetivo relatar as experiências vivenciadas por intermédio da residência pedagógica dando ênfase na importância da atuação do projeto político pedagógico (PPP) no ambiente escolar para que haja uma união de forças e uma real mudança e melhoria no seu funcionamento, além de relacionar com o PPP da escola em que estávamos inseridos. No inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96, sugere a gestão democrática no ensino público, que possibilita a discussão do que se quer construir com a comunidade escolar de forma que todos participem na administração da escola. Segundo Guedes, Silva e Garcia (2017) isso permite a atuação igualitária dos sujeitos nas decisões e em sua formação, no que se refere não só aos conteúdos, mas também à vivência de valores democráticos que envolvam o respeito às diferenças e a aceitação do outro.

No que se refere ao projeto de Residência Pedagógica (RP) pode se dizer que é um programa que é capaz de aperfeiçoar a formação de professores com projetos nas instituições de ensino superior capaz de fazer parte da construção da identidade profissional de cada residente. É uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) inspirada na residência médica na qual pode se caracterizar como um estágio aperfeiçoado, pois nos permite participar mais ativamente de todas as questões ligadas a nossa profissão e a reflexão e discussão das dificuldades e possíveis soluções para a educação.

Através desse relato buscamos mostrar um pouco da nossa vivência com foco nos diversos estudos que fizemos sobre o PPP e ele conta com uma pesquisa com revisões bibliográficas para o embasamento de natureza teórica visando a coleta de informações e dados referente ao tema durante todos os encontros realizados desde o início do programa e trazemos como vozes os principais autores: Guedes, Silva e Garcia (2017), Macedo (2013) e Ribeiro (2008).



MÉTODOS

Para a construção do presente artigo, empregou-se um relato de experiência realizada em instituição pública localizada no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Na perspectiva de Cortes, Padoim e Berbel, essa metodologia apresenta contribuições para o ensino, visando a resolução ou minimização dos problemas evidenciados na prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer do programa, realizaram-se diversos encontros virtuais e presenciais, a fim de compreender e vivenciar a realidade da escola, através de vários recursos tecnológicos e materiais adaptados. Realizamos nossa residência pedagógica no Colégio Estadual Professor Manuel Marinho, que está localizado na Vila Santa Cecília em Volta Redonda e tem uma grande importância enquanto aparelho hegemônico da educação da cidade. Inicialmente era chamado de Grupo Escolar Trajano de Medeiros, projetado pelo Dr. Renato Braga Pereira, foi fundado para ser o primeiro hotel da CSN, dada sua proximidade com a estação ferroviária. Em meados dos anos 40, a Companhia Siderúrgica Nacional solicitou que tornasse uma escola para a qualificação de mão-de-obra para ela, a qual logo após originou-se a Escola Técnica Pandiá Calógeras. Em 1943 foi destinada para se tornar escola para suprir as lacunas do Projeto Educacional na cidade industrial. Em 17 de março de 1989 se transformou Instituto de Educação Professor Manuel Marinho, por força do Decreto nº 12.750 do Governo do Estado do Rio de Janeiro, pois havia a necessidade de formação de profissionais para preparar para o mercado de trabalho e atender a demanda da cidade que estava em crescimento. Atualmente a escola conta com 97 servidores, atendendo alunos do ensino médio regular e o curso normal.

Inicialmente conhecermos o programa, os demais residentes e como ele seria desenvolvido durante todo o período que permanecêssemos no projeto. A partir disso, aprofundamos os estudos com diversas discussões sobre o projeto político pedagógico (PPP) e pudemos ver



que seu surgimento se deu no fim da década de 1980 e foi crescendo e modificando, gerando uma grande experiência de diversidade cultural, capaz de gerar caminhos para o professor ensinar com qualidade e os alunos aprenderem com sucesso.

Guedes, Silva e Garcia (2017) dizem que a construção ou a transformação de determinada realidade ou sociedade passa pela participação coletiva, ou seja, o PPP nada mais é do que um projeto feito em conjunto com a comunidade para que possam unir suas forças e encontrar um meio cada vez melhor do funcionamento da escola colaborando para a construção da realidade almejada. Os mesmos autores também afirmam que a elaboração do PPP deve propiciar uma reflexão crítica sobre a sociedade, as relações entre os sujeitos, a realidade escolar e as ações desenvolvidas pela instituição educativa. E eles completam dizendo que é um momento decisivo para os futuros passos que efetivarão o projeto de escola, de sociedade e de cidadania definido coletivamente.

Como referido na constituição federal deve-se promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mas é importante analisar a realidade escolar, para delimitar o que se tem e o que se planeja alcançar e o mais importante de tudo, colocar em prática todo o planejamento, pois requer a delegação de responsabilidades e o acompanhamento de como as ações estão sendo vivenciadas. Sem a devida atenção, é possível que o plano não se efetive do modo e dentro do tempo desejado (Guedes, Silva e Garcia, 2017).

Segundo o Art. 2º da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, presente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1996). Está totalmente ligada com a necessidade e os princípios do PPP para o seu funcionamento na escola.

O PPP é uma ferramenta essencial capaz de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, comprometida com a promoção e defesa dos direitos humanos.



Esse projeto desempenha papel fundamental na construção de um espaço de diálogo e de promoção do direito à igualdade. (Macedo, 2013) e de acordo com Brasil (2007) Uma educação em direitos humanos requer que os sujeitos assumam essa perspectiva em seu projeto pedagógico. Sua elaboração é uma oportunidade ímpar para discutir os conflitos existentes no interior da escola e promover ações que concorram para o respeito e a valorização desses direitos, conforme defende o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

O artigo "A construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense" é uma obra que apresenta reflexões sobre a elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos em escolas rurais no estado do Maranhão, quando observamos toda analogia que é feita durante o artigo, percebemos como o PPP deve ser pensado e estruturado de acordo com a localização da escola, não podemos esquecer que temos uma diversidade bem grande no nosso país o que nos mostra que o PPP não é um simples roteiro a ser seguido, e sim pensado juntamente com a comunidade para atender todas as necessidades que cada ambiente que a escola está inserida demanda, pois, assim como nas escolas rurais, outros tipos de educação, sofrem com problemas não só estruturais, mas também com desigualdades sociais e educacionais, segundo Macedo (2013) Ao congregiar visões da realidade a partir de diversas perspectivas, é possível atender às necessidades dos diversos segmentos e alcançar legitimidade para a implementação das ações previstas.

O último PPP do Instituto de Educação Professor Manuel Marinho construído em 2019 diz que a construção do Projeto Político-Pedagógico teve sua origem no ano de 1999, tem como objetivo geral o envolvimento e apoio de pais, funcionários e comunidade, ministrar ensino de qualidade que desafie os alunos para busca do conhecimento de habilidades e qualidades pessoais necessárias para tornarem-se cidadãos responsáveis, éticos e participantes numa sociedade em permanente mudança. (2019, p.8). Nele está incluso informações sobre identificação da unidade escolar, objetivos da escola, o marco situacional, todas as dimensões, o marco referencial, material escolar, uniforme, merenda escolar e os



horários. É realizado através de reuniões específicas para esse fim, e no próprio documento cita que a cada ano, sofre as alterações necessárias, porém, essas alterações ainda não foram feitas, vale ressaltar que passamos por períodos difíceis que gerou grandes mudanças na vida de todos com a pandemia do Covid-19 e que trouxe vários aspectos novos que deveriam ser discutido e incluído no PPP da escola.

Nunca o PPP está acabado, pois se ele tem como referência a realidade concreta, caberá a sua revisão constante para que haja o acompanhamento atualizado das ações previstas, bem como o redirecionamento e/ou elaboração das ações previstas. Logo, não pode ser algo fechado, mas, sim, em movimento dinâmico, o tempo todo. (MACEDO, 2013, p. 36)

Para que o PPP possa manter seu objetivo principal e ser efetivo, se faz necessário que a escola atualize o quanto antes para que seja possível colocar em prática a tempo. Vale ressaltar que esse documento deve estar acessível a toda comunidade escolar. Em nosso contato com a escola e com os alunos, iniciamos nossa primeira experiência com as aulas de educação física e no decorrer dos dias fomos vivenciando e compreendendo as metodologias utilizadas pela professora, segundo Ribeiro (2008) a preparação profissional deve visar à competência, que deve estar embasada em conhecimentos, habilidades e atitudes que são adquiridos no decorrer do curso de preparação e aperfeiçoados durante sua carreira profissional. Assim, foi possível adquirir diversas experiências, além de estar sempre ligando os aspectos vivenciados com as necessidades do PPP na escola, pois, o PPP se constitui um instrumento que vai para além de um documento meramente formal; ele representa a clareza do que a escola deseja alcançar. Só assim é possível que a escola desenvolva suas estratégias de superação das inúmeras limitações colocadas pelo Estado que dificultam a realização do seu trabalho pedagógico (MACEDO, 2013).

CONCLUSÕES

Por intermédio de toda experiência adquirida através do Programa de residência pedagógica, pude perceber que ser professor não é apenas a aula que você prepara e



ministra para os seus alunos, mas há todo um contexto e um trabalho por trás disso, devemos lidar com diversos imprevistos e realidades diferentes no nosso dia a dia, através da vivência dos graduandos em escolas de educação básica, é possível proporcionar aos futuros docentes uma experiência prática valiosa, que complementa e aprofunda o conhecimento teórico adquirido durante a graduação, isso me fez compreender a importância desse projeto pois ele nos prepara para a vida profissional e contribui para nosso crescimento pessoal. Além disso, o Residência Pedagógica também contribui para a melhoria da qualidade da educação no país, e provoca uma reflexão crítica sobre as práticas pedagógicas, a troca de experiências entre os professores e a aproximação entre a universidade e a escola.

O aprofundamento no Projeto Político Pedagógico (PPP) também teve sua grande importância nessa nossa jornada para entendermos o quanto é necessário a implementação e a realização do mesmo no ambiente escolar para que tanto os professores, quanto os alunos e a comunidade saiam beneficiados e com um aproveitamento muito maior. Por fim, pude perceber que o RP é capaz de transformar a vida dos futuros professores permitindo que nós possamos converter tudo que aprendemos na teoria em prática, o que é essencial para que possamos chegar mais preparados no mercado de trabalho e mais capacitados para lidar com a realidade e as dificuldades encontradas diariamente no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH). Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. [lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

CORTES, L.F; PADOIM, S. M. M; BARTEL, N. A. N. Problematization methodology and convergent healthcare research: práxis proposal in research. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo – SP, v. 71, n. 2, p. 440-445, 2018.

GUEDES, Josenilson Viana; SILVA, Angela Maria Ferreira da; GARCIA, Luciane Terra dos Santos. **Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 98, n. 250, p. 580-595, dez. 2017.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO PROFESSOR MANUEL MARINHO, **Projeto Político Pedagógico**, Volta Redonda, RJ, 2019.

MACEDO, Marinalva Sousa. **A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLITICO-PEDAGÓGICO DAS ESCOLAS DO CAMPO: contribuições teórico-práticas para a realidade maranhense**. 2013. 142 f. Dissertação (Doutorado) - Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2013.

RIBEIRO, Silvia Regina. **PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA: PERFIL DE HABILIDADES NO ATUAL CONTEXTO DE MERCADO E FORMAÇÃO INICIAL**. UNIVAP - Faculdade de Educação e Artes, Coordenadora do Curso de Educação Física, São José dos Campos, 2008.